

**DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**N.º 2021-161744/TEC/DL-0158**

**DADOS DO EMPREENDEDOR**

<b>Empreendedor</b>	MUNICIPIO DE CAICO
<b>CNPJ</b>	08.096.570/0001-39
<b>Endereço do Empreendimento</b>	RUA JOÃO FLORENCIO, CENTRO - CAICO/RN - 59300-000
<b>Tipo de atividade</b>	Empreendimentos de urbanização (Reforma da Praça Manoel Felix, totalizando uma área de intervenção de 840,80 m²)
<b>Porte</b>	Indefinido
<b>Potencial poluidor</b>	Pequeno
<b>Crítérios</b>	<b>Área do projeto:</b> 0,08 ha
<b>Coordenadas geográficas</b>	X:710.331,29 mE; Y:9.284.517,77 mN - Coordenadas

Declaro, para os devidos fins, em conformidade com o requerimento formulado pelo interessado supracitado, nos autos do processo administrativo em epígrafe, em atenção ao direito de petição, disposto no Art. 5º, XXXIII, da CF/88, que a atividade acima citada **NÃO É PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL** no âmbito deste Instituto.

A presente declaração está baseada em informações apresentadas pelo interessado, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas, sujeitando-se as sanções administrativas, cíveis e penais em caso de comprovada falsidade.

Fica o interessado ciente que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em Lei.

Cabe informar ao interessado que, conforme a Resolução **CONEMA 02/2014**, esta Dispensa de Licença não autoriza ocupação, nem intervenção da área em questão, apenas informa que o empreendimento/atividade não atinge o ponto de corte para enquadramento como passível de licenciamento ambiental.

Ressalta-se, por fim, que a presente declaração não dispensa e/ou substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza, porventura, exigidos por normas federais, estaduais e municipais, bem como, não exime o interessado de cumprir as obrigações previstas em legislações vigentes.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. O empreendedor fica ciente de que deve instalar o sistema de drenagem, direcionando adequadamente as águas pluviais, de forma a evitar inundações e formação de processos erosivos;
2. O empreendedor fica ciente de que deve implantar métodos que resultem na eliminação e/ou

máxima redução da emissão de partículas de poeira na atmosfera, oriundas do trânsito de veículos e maquinários, a fim de não prejudicar a saúde dos funcionários envolvidos no trabalho e dos moradores das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;

3. O empreendedor fica ciente de que só pode utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.) de áreas licenciadas pelo órgão ambiental competente, como também só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas pelo mesmo;

4. O empreendedor fica ciente de que deve gerenciar os resíduos sólidos da construção civil com base na Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais vigentes.

Natal, 19 de Abril de 2021.